



A CORRELAÇÃO ENTRE DETERMINADAS DESPESAS PÚBLICAS E OS INDICADORES IDH-M E IFDM NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

THE CORRELATION BETWEEN CERTAIN PUBLIC EXPENDITURE AND THE HDI-M AND IFDM INDICATORS IN THE MUNICIPAL PUBLIC MANAGEMENT OF THE STATE OF ESPÍRITO SANTO

¹David da Silva Nunes.

¹Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: dsnunes1@hotmail.com

Artigo submetido em 08/11/2021 e aceito em 15/12/2021.

Resumo

Este projeto visa entabular uma pesquisa do campo da Gestão Pública, mais especificamente, nos estudos sobre os índices de mensuração da efetividade das políticas públicas. Seu objetivo é verificar se existe correlação entre os índices IDH-M (índice de desenvolvimento humano municipal) e IFDM (índice Firjan de desenvolvimento municipal) e os diversos grupos de despesas públicas municipais. Para a realização do presente estudo serão utilizados os dados de despesas públicas e dos citados indicadores de todos os 78 municípios do Estado do Espírito Santo (ES) buscando, por meio da técnica estatística Correlação de Pearson, evidenciar o nível de correlação entre o volume de despesas públicas específicas aplicadas entre 2002 e 2010 e os resultados obtidos no IDH-M e no IFDM de 2010.

Palavras-chave:

IDH-M, IFDM, Indicador de Efetividade, Desenvolvimento Humano e Municipal, Despesa Pública, Gestão Pública Municipal, Estado do Espírito Santo.

Abstract

This project aims to carry out a more specific field of Public Administration research in the studies on the measures of effectiveness measurement of public policies. Its objective is to verify whether there is a correlation between the HDI-M (municipal human development index) and IFDM (Firjan municipal development index) indices and the various municipal public expenditure groups. For this study, we will use public expenditure data and cited indicators from all 78 municipalities of Espírito Santo (ES), seeking, through the Pearson correlation statistic, to highlight the level of correlation between the volume of expenses. specific public policies applied between 2002 and 2010 and the results obtained in the HDI-M and IFDM 2010.

Keywords:

HDI-M, IFDM, Effectiveness Indicator, Human and Municipal Development, Public Expenditure, Municipal Public Management, Espírito Santo State.

1 INTRODUÇÃO

A evolução da sociedade ao longo dos anos é algo inegável e pode ocorrer de forma natural pela evolução do ser humano e pela ação do próprio homem. Nas últimas décadas o desafio do administrador público é efetuar uma gestão eficiente e eficaz, prestando serviços de qualidade e, por conseguinte melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

No Brasil, historicamente, as políticas públicas são marcadas pela corrupção, com destaque para o desvio e a apropriação indevida de recursos públicos. Isso pode ser considerado um dos motivos pelo atraso no desenvolvimento humano da sociedade brasileira quando comparada a outras nações mais desenvolvidas. Mesmo assim, as políticas de desenvolvimento econômico, implementadas no Brasil no século passado, proporcionaram o aumento da concentração de renda, ocasionando com isso problemas de exclusão social e cultural, além de graves problemas de infraestrutura, saneamento básico, educação e saúde pública. (GEHRKE; BORBA; FERREIRA, 2017; ROCHA, 2019; ARRAIS, 2019).

A constituição de 1988 descentralizou a gestão pública municipal, estadual e federal, contribuindo para que os gestores públicos atuassem com foco nos problemas locais e regionais. Em contrapartida, a comunidade passou a ter uma participação mais efetiva na cobrança por resultados das políticas públicas implementadas (BRASIL, 2018).

Dentro desse contexto, estudar a efetividade da aplicação dos recursos públicos e o impacto da gestão pública na vida das pessoas é um desafio que devemos aprimorar como cientistas, pois nesse caminho contribuiremos para uma melhora da qualidade de vida da sociedade.

Diante dos estudos sobre a efetividade das despesas públicas para o desenvolvimento socioeconômico, a questão de pesquisa a ser respondida por esse trabalho é: quais as despesas públicas, por função, executadas pelos municípios capixabas de 2002 a 2010 possuem correlação com os índices de desenvolvimento municipal IDH-M e IFDM de 2010?

Nessa direção, na presente pesquisa, será aplicada a Correlação de Pearson como ferramenta estatística, buscando verificar se algumas ações do gestor público, expressadas pelo montante de gastos públicos, contribuem com a evolução socioeconômica municipal. Para isso, será utilizado, como proxy de desenvolvimento socioeconômico, os índices: Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDH-M) e Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) do Estado do Espírito Santo. Já os agrupamentos de gastos públicos de 2002 a 2010 serão tratados como proxy da ação do gestor público.

Em síntese, este trabalho usará métodos estatísticos para alcançar a finalidade central de verificar quais despesas públicas se correlacionam com o IDH-M e o IFDM. Dessa forma, propiciará explicações sobre o fenômeno em estudo, oferecendo uma contribuição para a melhoria do processo de gestão pública dos municípios.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse capítulo é realizado um breve resumo sobre teorias da administração pública, despesas públicas e a relação com o desenvolvimento humano e índices de avaliação da gestão pública. A Teoria da Nova Gestão Pública e a Teoria Democrática serão a base referencial para a argumentação do fenômeno em estudo.

2.1. TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A complexidade e o dinamismo da Administração Pública a torna uma das áreas de estudo pouco explorada pela comunidade acadêmica, apesar de muitos estudos serem elaborados e publicados, os resultados para a aplicação prática no Brasil ainda são inexpressivos, contribuir com a formação de conhecimento técnico e científico também é uma das metas dessa pesquisa.

É sabido e comprovado cientificamente que o planejamento tem papel fundamental em qualquer administração. E na administração pública isso não poderia ser diferente. Na gestão pública o planejamento está intimamente ligado ao orçamento público, pois é por meio deste que os objetivos, metas e diretrizes são traçados, seja por meio do plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual.

É na lei orçamentária anual que os objetivos e metas são materializados para poderem ser executados e se tornarem realidade para uma comunidade.

Está claro e evidente, pelo senso comum, que a maximização do desenvolvimento municipal e desenvolvimento humano são as metas maiores de qualquer administração pública. Conhecer e divulgar formas, métodos e práticas que contribuem para a obtenção desse êxito, podem direcionar os gestores públicos na eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas implementadas.

A eficiência é um dos princípios consagrados pela nossa Constituição Federal de 1988, pois em seu artigo 37 expressa claramente a importância do dever de obediência a esse princípio pelos entes da administração direta e indireta de todos os poderes, seja da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Alcançar a eficiência na administração pública brasileira tem se demonstrado ser um grande desafio, podemos identificar isso de forma tão óbvia, transparente e evidente, que transcendem e transbordam a qualquer literatura de administração pública no Brasil. A história está a nosso desfavor e conta como a evolução da sociedade brasileira caminha a passos lentos.

No caso dos municípios brasileiros, a maximização do desenvolvimento humano e do desenvolvimento municipal é o que os prefeitos devem perseguir. Entre os meios disponíveis para fazer essa afirmação, nós escolhemos os indicadores IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios) e IFDM (Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal), pois são indicadores reconhecidos nacionalmente, além de serem de fácil acesso por meio de banco de dados abertos e sítios eletrônicos.

Encontrar a correlação entre o volume de determinadas despesas públicas aplicadas em período passado e os resultados desses indicadores (IDH-M e IFDM) e fazer uma convergência dos resultados obtidos, tem como meta indicar aos gestores municipais o caminho a ser seguido para o desenlace de uma administração pública eficiente, eficaz e principalmente, uma administração pública efetiva, pois a efetividade está diretamente ligada a obtenção de um efeito real, um efeito que atinja as pessoas em suas vidas cotidianas.

Entender que a gestão macro do orçamento público, mais especificamente, uma boa gestão das despesas públicas pode ser um dos pilares para ser auferir uma evolução social cada vez mais ágil e consistente. Atendendo assim os anseios de uma sociedade cada vez mais impaciente e voraz pela melhora da qualidade de vida.

Visando compreender e explicar esse raciocínio, iremos nos debruçar por algumas teorias científicas, pois nenhuma correlação estatística, por mais forte que seja, é capaz de indicar uma relação de causa e efeito perfeita (LOUZANO et al., 2019), por isso é necessário um forte embasamento teórico para o arremate de nossas conclusões.

Dentre as diversas teorias existentes na Administração Pública discursaremos pelas seguintes: teoria da Nova Gestão Pública e teoria Democrática, pois acreditamos que estas duas teorias estão ligadas e convergem para a explicação do problema de pesquisa proposto neste artigo.

2.1.1. Teoria da Nova Gestão Pública

Segundo Junquilho (2010) as reformas gerências dos Estados ocorreram de forma profunda e interligadas sobre o contexto tecnológico, o contexto político e o contexto econômico, devido ao crescimento das tecnologias de informação, ao encerramento da guerra fria e à globalização, respectivamente, tendo início a partir dos anos 70.

Para o autor, os princípios da Nova Gestão Pública não foram implementados pelos países seguindo uma cartilha padrão, cada Estado adotou suas diretrizes segundo suas particularidades e crenças, mas todos com o mesmo objetivo que era a busca pela eficiência, eficácia e principalmente a efetividade da Administração Pública.

O Reino Unido, pioneiro da Nova Gestão Pública, conseguiu a redução do gasto do setor público, introduzindo sistemas informatizados, descentralização orçamentária, terceirização, responsabilização dos gestores públicos, sendo possível o controle das receitas e despesas de acordo com os objetivos e metas definidas. (JUNQUILHO, 2010, p.74).

No Estado brasileiro, a reforma gerencial do Estado foi iniciada em 1998 por Luiz Carlos Bresser-Pereira, ministro do Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Paula (2005) descreve o Estado Gerencial brasileiro como uma formação enxuta, flexível, ágil, descentralizada, avançada em tecnologias informacionais, contando com uma reengenharia, terceirização, redução de níveis hierárquicos, implantação de ferramentas de gestão do setor privado e qualidade total. Aqui o Estado burocrático, lento e ineficiente, é sobreposto pelo Estado Gerencial, que foca a efetividade e a conquista de resultados.

Corroborando com esse pensamento, Moreira (2019, p. 48) complementa que um dos legados deixados pela reforma administrativa tem ligação com uma série de ideias vinculadas à Nova Gestão Pública, tais como: (a) a utilização de indicadores para guiar as políticas públicas, (b) a contratualização de serviços públicos, (c) a montagem de um modelo administrativo mais flexível e com gestores públicos mais autônomos e responsáveis. (apud BRESSER-PEREIRA, 1998; LOUREIRO; ABRUCIO; PACHECO, 2010).

Para Coelho (2000), o gerencialismo governamental caracteriza-se por utilizar formas modernas de administração pública, adotando-se formas de controle dos serviços públicos, enfatizando-se a eficiência, a eficácia e a qualidade, concretizando o regime democrático e uma maior participação dos cidadãos.

Ressalta ainda, que a “new public management” não se iguala com o “management” privado, pois o contexto e os objetivos são totalmente diferentes. Aqui os exemplos e ferramentas do setor privado são adaptados à realidade do serviço público, visando à eficiência e o controle dos resultados. (COELHO, 2000).

Portanto, as reformas administrativas, ocorridas a partir desse período, estiveram focadas no avanço do desempenho estatal, através da melhoria da relação custo-benefício dos serviços

públicos, ampliação da transparência das políticas públicas, esforço acentuado em atender as demandas sociais e prestação de serviços públicos de qualidade.

A maximização da utilização de recursos públicos em busca de maiores índices de produtividade e efetividade. A orientação maior não se deu por uma redução inconsequente do tamanho do Estado, mas sim por sua reinvenção, mais atento às demandas do cidadão tomado como cliente. (JUNQUILHO, 2010, p.80).

Assim, este trabalho está conectado à Nova Gestão Pública, uma vez que busca detectar o nível de correlação entre determinadas despesas públicas e indicadores de desempenho municipal, indicadores estes, que medem os resultados das políticas públicas adotadas pelos gestores públicos.

Identificar quais despesas públicas pode acelerar a evolução de uma sociedade, pode auxiliar os gestores públicos na tomada de decisão no momento da elaboração dos orçamentos públicos, seja o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, ou seja, planejando uma maior aplicação de recursos públicos em despesas que promovem uma melhoria acentuada na qualidade de vida das pessoas, focando com isso, a obtenção de melhores resultados, um dos princípios basilares da “new public management”.

2.1.2. Teoria Democrática

A Democracia é uma forma de organização das instituições políticas, contendo regras eleitorais e um sistema de divisão de poderes entre o executivo, legislativo e judiciário, sem a existência de superioridade entre eles. Em sua obra Downs (1999, p. 56) define que um governo democrático é aquele escolhido periodicamente por meio de eleições populares nas quais dois ou mais partidos competem pelos votos de todos os adultos, sua função é formular e executar políticas governamentais, desempenhar sua função social visando à maximização do bem-estar social.

Destarte, o conceito de democracia no cenário atual possui uma grande dimensão e pode ser traduzido de diversos ângulos e concepções. Com as transformações ocorridas na sociedade a democracia liberal, moderna e representativa veio ganhando força. Hoje, a “democracia não tem a ver apenas com governo, com voto, com política institucional, com atividades ligadas ao Estado, mas com um conjunto de interfaces sociais pré-políticas que definem o “capital social” como uma forma qualitativa de interação social”. (BITTAR, 2016, p. 17).

Nas democracias contemporâneas a transparência e a prestação de contas assumem papel de destaque para a participação popular no processo decisório. Moreira (2019, p. 27), em sua dissertação de mestrado, afirma que nas democracias modernas é indispensável à existência de ferramentas capazes de obrigar agentes públicos a justificarem o cumprimento dos seus deveres. Para o presente autor, a transparência, o controle e a responsabilização estão diretamente ligados a accountability, indicadora da qualidade da democracia de um povo. Nesse sentido, quanto maior o nível de transparência maior também o de accountability.

Nesse diapasão, o grande desafio da democracia brasileira é conseguir conectar de forma produtiva as instituições políticas e as formas de vida social. Paiva, Souza e Lopes (2004, p. 375) concluem em sua pesquisa que não se pode contestar que o regime democrático, do ponto de vista de sua organização, seja uma realidade, e que para se alcançar a adesão decisiva dos

cidadãos e consolidar essa cultura é imprescindível ampliar a democracia para além dos procedimentos formais e produzir a confiança da população em sua serventia.

No caso dos Municípios, os prefeitos são os chefes do poder executivo, e por isso os responsáveis pela definição de objetivos, planejamentos e orçamentos, operando de maneira mais próxima de uma comunidade, o que possibilita uma maior percepção sobre as necessidades e prioridades dos moradores locais.

Conhecer quais despesas públicas propiciam a obtenção de melhores resultados de desenvolvimento municipal pode ser uma importante ferramenta de gestão, pois uma maior aplicação de recursos públicos nestas despesas poderá acelerar a melhoria da qualidade de vida das pessoas e consequentemente o desenvolvimento humano.

2.2. DESPESAS PÚBLICAS E A RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO HUMANO

A nova gestão pública vem provocando uma maior interação entre os governantes e a sociedade. A população vem atuando como agente fiscalizador do Estado e cobrando transparência e efetividade na aplicação dos recursos públicos.

Nesse sentido, Paula (2005) destaca que as teorias e técnicas utilizadas pelas empresas do setor privado têm sido o marco direcionador para o foco na eficiência da nova administração pública. Para a autora, o entendimento do termo “cidadão-cliente” deve ser visível à gestão pública.

Entretanto, de acordo com Gomes, Leal e Assis (2013, p. 2):

Depois da adoção da Nova Gestão Pública (NGP), a busca por mecanismos de mensuração do desempenho de organizações públicas foi amplamente intensificada. Contudo muitas das ferramentas utilizadas, provenientes da administração de empresas, não se adequavam completamente ao mutável contexto político das organizações públicas, bem como não se apresentavam como uma real possibilidade de gestão frente à alternância da gestão dos órgãos públicos, fenômeno natural neste tipo de organização.

Neto (2008) explora e propõe que as políticas públicas sejam analisadas com a utilização do orçamento público, sendo empregadas técnicas de classificação funcional das receitas e despesas para o agrupamento dos setores de atuação do governo.

A gestão pública requer conceitos, preceitos e métodos da administração pública e da inteligência organizacional orientada para a prestação de serviços públicos. As funções do Estado estão relacionadas com a alocação de recursos oriundos da arrecadação tributária, a distribuição dos recursos com equidade e justiça e, finalmente, a estabilização econômica, social, política e institucional. (REZENDE, 2011).

Para Farah (2016, p.973), “a importância assumida pelas políticas públicas tem exigido não apenas estudos de políticas públicas, mas também pesquisas que subsidiem a formulação, a implementação e a avaliação de políticas”.

Giacomoni (2009) descreve a importância da classificação as despesas conforme sua finalidade, critério adotado atualmente para a classificação das despesas orçamentárias.

No Brasil, as políticas públicas estão definidas no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), da União, Estados, Distrito Federal e Municípios; sendo materializadas pela execução das despesas públicas. (BRASIL, 2018).

No estudo realizado por Rezende, Slomski e Corrar (2005, p.38), os mesmos concluem que “os volumes de investimentos pretéritos realizados contribuem para mudança do IDH dos municípios, [...] corroborando a hipótese de que se os gestores públicos conhecem os atributos que dão fomento ao desenvolvimento social, estes podem maximizar a gestão social”.

O planejamento das despesas públicas deve buscar a eficiência e a eficácia, e o indicador IDH, amplamente divulgado, poderá demonstrar a desigualdade social existente no Brasil. (MARCOMINI e ARAÚJO, 2017).

Braga *et al.* (2017, p.82) constatam “que as dimensões e os indicadores utilizados no índice guardam correspondência com os propósitos a serem perseguidos pelos gestores públicos brasileiros, sejam eles o desenvolvimento econômico, a saúde e a educação”.

Moreira *et al.* (2013) ao analisarem a relevância dos gastos públicos sobre o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) ressaltam que de acordo com as características locais, os gestores públicos municipais devem focar os investimentos em despesas específicas, pois estas trarão maior evolução humana para o município.

Se contrapondo à literatura atual existente e às teorias da administração pública, a pesquisa apresentada por Louzano, Abrantes, Ferreira e Zuccolotto (2019, p. 623) confirmam a hipótese da relação causal unidirecional entre o desenvolvimento municipal e a gestão fiscal, entretanto o estudo ressalta que resultados diferenciados podem ser alcançados com a utilização de novas variáveis, possibilitando estudos futuros que investiguem a relação entre a gestão fiscal e a eficiência gerada com as despesas públicas, principalmente com as ligadas aos fatores de qualidade de vida e sociais dos Municípios.

Os argumentos apresentados acima nos induzem a concluir pela existência de uma conexão entre as despesas públicas e o desenvolvimento humano. Encontrar o nível desse relacionamento pode ser importante na obtenção de melhores resultados na adoção de políticas públicas.

2.3. ÍNDICES DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

Inúmeras transformações e avanços ocorrem diariamente na vida humana, tendo como pano de fundo o desenvolvimento humano e consequentemente a melhoria na qualidade de vida das pessoas. Encontrar indicadores socioeconômicos que mensurem a eficiência e a eficácia na gestão pública tem se tornado uma meta a ser atingida pelos gestores públicos. Os indicadores socioeconômicos, projetados tanto pela Organização das Nações Unidas (ONU) quanto por outras entidades, demonstram a necessidade de informações e de metodologias que apurem o nível de desenvolvimento social e humano. (REZENDE, 2011).

No Brasil, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei nº. 101/2000 criou relatórios fiscais e sociais, que leva à contenção de gastos e adequação das receitas com as despesas do setor público, objetivando transparência, controle e prestação de contas, contribuindo assim com uma maior divulgação de informações sobre as despesas públicas brasileiras. (BRASIL, 2000).

Em relação às finanças públicas, Giambiagi e Além (2016, p. 506) finalizam sua obra com a seguinte afirmação:

A avaliação da qualidade do gasto público – cotejando os recursos dispendidos com os resultados alcançados – requer não apenas que se disponha de bons indicadores de resultado, mas que o gasto seja adequadamente apropriado às diversas atividades e projetos desenvolvidos pelos entes federativos. A modernização do sistema orçamentário, incluindo o planejamento e orçamento dos recursos e os instrumentos de avaliação de resultados, é condição indispensável para que se possa, de fato, avaliar a qualidade do gasto público.

Para o funcionamento e a manutenção na máquina pública, as despesas orçamentárias públicas são consideradas como dispêndios entre os diversos agentes públicos (MCASP, 2017, p. 70). Uma análise dessas despesas requer o estudo de fatos com base nos dados obtidos nos Balanços Públicos (KOHAMA, 200, p. 139), com a finalidade de decidir políticas públicas e sociais. Análogo à iniciativa privada, conforme Penman (2013, p.1), a análise de demonstrações financeiras responde às perguntas sobre a empresa, como suas políticas corporativas.

Nesse sentido, a pesquisa de Constantino, Pegoraro e Costa (2016) concluiu que a utilização dos indicadores IDH e PIB per capita poderá ajudar a resolver os problemas locais de forma mais efetiva, pois os municípios que tinham os piores indicadores foram os que mais evoluíram no desenvolvimento humano no período de 2000 a 2010.

Vários estudos sobre a avaliação de desempenho de políticas públicas implementadas por governantes já foram elaborados e publicados, o que demonstra a importância de se evidenciar a situação das finanças públicas em determinados setores dos municípios brasileiros. (COURA, CARVALHO e SOUZA, 2017).

Nesse contexto, entre os índices utilizados para a avaliação dos gastos públicos municipais podemos citar o índice Firjan de desenvolvimento municipal (IFDM), o índice Firjan de gestão fiscal (IFGF), o PIB per capita municipal e o índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M).

O IFDM (índice Firjan de desenvolvimento municipal) é divulgado anualmente e indica o desenvolvimento social e econômico de todos os municípios brasileiros. Esse índice é calculado usando dados das áreas da saúde, educação, emprego e renda obtidos por meio de fontes oficiais como o ministério do Trabalho, Saúde e Emprego do Brasil. O mesmo visa evidenciar a evolução relativa alcançada pelos municípios em decorrência das políticas públicas específicas implementadas (FIRJAN, 2019).

O Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) criado pela Gerência de Estudos Econômicos da Firjan visa incentivar a responsabilização dos gestores públicos e aprimorar o processo de tomada de decisão dos prefeitos quanto a aplicação das receitas arrecadadas, além de disponibilizar uma ferramenta no auxílio do controle fiscal e social dos municípios. (LEITE FILHO e FIALHO, 2015).

O Produto Interno Bruto (PIB) per capita municipal, produto interno bruto dividido pela população do município, em sua metodologia de cálculo usa os dados de valor adicionado bruto da Indústria, dos Serviços e da Agropecuária, por município, em valores correntes, somando o valor adicionado bruto total e o valor dos impostos sobre produtos (líquidos de subsídios). Por meio desse indicador é possível analisar a economia dos municípios e as características

regionais do país, pois o mesmo reflete as mudanças e seus impactos em relação as suas estruturas setoriais internas (IBGE, 2016).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro (IDH-M), foi adaptado a metodologia de cálculo do IDH Global, pelo Ipea, PNUD Brasil e Fundação João Pinheiro, que utilizaram os dados dos últimos Censos do IBGE de 2010, 2000 e 1991 para calcular o IDH-M de todos os municípios brasileiros. Esse índice é baseado nas mesmas dimensões do IDH Global (educação, longevidade e renda), disponibilizando uma medida que possibilita a análise e comparação entre os municípios e as regiões metropolitanas, além de estimular a implementação de políticas públicas no nível municipal visando o desenvolvimento social (ATLAS, 2019).

Portanto, os quatro indicadores citados acima buscam avaliar os aspectos econômicos e sociais na esfera municipal, porém nenhum deles demonstra relação direta com o volume das despesas públicas em suas metodologias de cálculo.

2.3.1. IDH-M – Definições e Objetivos

A definição de indicadores que mensurem os impactos sociais provocados pelos gastos públicos é um objetivo a ser alcançado, haja vista que na Administração Pública existe uma complexidade de fatores que podem influenciar o resultado das políticas públicas adotadas. Equacionar a comunicação entre o poder público e os cidadãos pode ser de grande valia para os gestores públicos como agentes impulsionadores do desenvolvimento humano. (PAULA, 2005; GOMES; LEAL; ASSIS, 2013).

O PNDU Brasil define que IDH mede renda, educação e saúde, à longo prazo, como dimensões de desenvolvimento humano (PNUD BRASIL, 2019; WIZER, 2016), sendo o mais aplicado quando se tratando da qualidade de vida da população, sendo apresentando como uma métrica de fácil utilização (MENEZES e POSSAMAI, 2016, p.17). O IDH apresenta vantagens em comparações de desenvolvimento econômico entre diferentes países (WIZER, 2016).

O IDH divulgado pela ONU não aborda os volumes de recursos e as políticas públicas implementadas que propiciaram a elevação do IDH de determinando município em relação aos índices passados (REZENDE; SLOMSKI; CORRAR, 2005).

Na metodologia de cálculo do IDH, é realizada a transformação das três dimensões em índices de longevidade, educação e renda, que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor), e a combinação destes índices em um indicador síntese. Quanto mais próximo de 1 o valor deste indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do país ou região.

Segundo Marcomini e Araújo (2017), o resultado do IDH leva em consideração três dimensões, sendo: i) a longevidade das pessoas e a expectativa de vida dos recém-nascidos (saúde); ii) a escolaridade e a frequência na escola de adultos e jovens (educação) e; iii) a renda total dividida pela população (renda).

Nessa metodologia de cálculo do IDH, essas dimensões variam entre 0 (pior) e 1 (melhor). A síntese das dimensões resulta no índice. Quanto mais próximo de 1, maior o nível de desenvolvimento do país ou região. Conforme Tabela 1, o IDH é classificado de acordo com uma escala.

Tabela 1 – Classificação do IDH

Classificação	Faixas de Desenvolvimento Humano (IDH)
Muito alto	0,800 - 1,000
Alto	0,700 - 0,799
Médio	0,600 - 0,699
Baixo	0,500 - 0,599
Muito baixo	0,000 - 0,499

Fonte: ATLAS, 2019

No cálculo do IDH-M brasileiro, apesar de utilizadas as mesmas das dimensões do IDH internacional, a metodologia adotada foi adaptada à situação nacional e aos indicadores brasileiros disponíveis, possibilitando o confronto dos resultados dos municípios ao longo do tempo e estimulando o desenvolvimento de políticas públicas que priorizem a melhoria da qualidade de vida local. (ATLAS, 2019).

2.3.2. IFDM – Definições e Objetivos

Analisar o desenvolvimento de um município é considerado uma tarefa complexa, haja vista que existem muitas áreas envolvidas, tais como: tecnológicas, sociais, qualidade de vida e econômicas. Utilizar indicadores pode oferecer critério de acompanhamento da evolução das condições de vida nos municípios (MOREIRA *ET AL*, 2013, p. 2).

O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), de acordo com Pereira e Moreira (2016) é um dos indicadores de qualidade de vida mais utilizado no Brasil. Esse índice faz a medição do desenvolvimento de 5565 municípios do Brasil desde 2000. Possuindo uma aferição anual e municipal considera em sua base de cálculo as seguintes áreas: saúde, educação e emprego.

Servindo de referência para se acompanhar o avanço socioeconômico brasileiro, o IFDM utiliza estatísticas públicas oficiais para assistir o crescimento ou retrocesso social e econômico dos municípios do Brasil, com atenção focada no mundo dos negócios, que gera renda e emprego para a comunidade, na Educação Fundamental e Infantil e na Saúde (FIRJAN, 2015).

O IFDM Saúde visa avaliar a qualidade do serviço de saúde básica. O IFDM Educação visa avaliar a educação infantil, com foco quantitativo, e a qualidade da educação prestada no ensino fundamental. Já o IFDM Emprego e Renda visam avaliar a geração, a absorção e a distribuição de emprego e renda. (BARBOSA, 2017, p. 305). O quadro 1 abaixo apresenta as variáveis que compõem o IFDM.

Quadro 1 – Componentes do indicador IFDM

Educação	Saúde	Emprego e Renda
<ul style="list-style-type: none"> • Matrículas na educação infantil • Abandono no ensino fundamental • Distorção idade-série no ensino fundamental • Docentes com ensino superior no ensino fundamental • Média de horas aula diárias no ensino fundamental • Resultado do IDEB no ensino Fundamental <p>Fonte: Ministério da Educação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Número de consultas pré-natal • Óbitos por causas mal definidas • Óbitos infantis por causas evitáveis • Internação sensível à atenção básica (ISAB) <p>Fonte: Ministério da Saúde</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Geração de emprego formal • Absorção da mão de obra local • Geração de Renda formal • Salários médios do emprego formal • Desigualdade <p>Fonte: Ministério do Trabalho</p>

Fonte: Pereira e Moreira, 2016

O resultado do IFDM varia de 0 a 1, sendo considerado maior o nível de desenvolvimento local, quanto mais próximo de 1 o resultado da aferição se encontrar. Como a medição é anual, pode-se fazer um comparativo ao longo dos anos de modo a verificar se o Município está avançando em seu desenvolvimento ou se está retrocedendo. Além disso, pode-se comparar o progresso dos municípios entre si ou até mesmo de uma região. Conforme a Tabela 2, o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) é classificado de acordo com uma escala.

Tabela 2 – Classificação do IFDM

Estágio de Desenvolvimento	Faixas do IFDM
Alto	0,8 - 1,0
Moderado	0,6 - 0,8
Regular	0,4 - 0,6
Baixo	0,0 - 0,4

Fonte: FIRJAN, 2015.

3 DESCRIÇÃO DA PESQUISA, MATERIAIS E MÉTODOS

Neste tópico é apresentada uma descrição: da presente pesquisa, dos métodos de coletas de dados e das técnicas estatísticas utilizadas para a realização das análises que serão a base das discussões e conclusões.

3.1. DESCRIÇÃO DA PESQUISA

Nesta pesquisa são utilizados os dados das despesas públicas de 2002 a 2010, por função (saúde, educação, saneamento básico, habitação, urbanismo, trabalho, agricultura, transporte, segurança pública e indústria), e os resultados dos indicadores IDH-M e IFDM de 2010 dos 78 Municípios do Estado do Espírito Santo.

O volume total de recursos executados de 2002 a 2010, por despesa específica e por Município e seus valores *per capita* serão as variáveis independentes. Já os resultados obtidos nos indicadores IDH-M e IFDM de 2010, por cada Município, serão as variáveis dependentes.

No presente estudo, será investigada a existência de correlação entre o volume de recursos aplicados em despesas específicas, em tempo pretérito, e o índice alcançado no IDH-M e no IFDM.

Podemos classificar o trabalho a ser efetuado como uma pesquisa científica descritiva e exploratória, pois visa estimular novas análises e demonstrar práticas de gestão pública que podem elevar o desenvolvimento municipal. A pesquisa é quantitativa no que diz respeito à metodologia adotada, haja vista que usará dados numéricos e técnicas estatísticas para analisar os resultados obtidos.

Toda hipótese é o enunciado geral de relações entre, pelo menos, duas variáveis. Por sua vez, variável é um conceito que contém ou apresenta valores, tais como: quantidades, qualidades, características, magnitudes, traços etc., sendo o conceito um objeto, processo, agente, fenômeno, problema (LAKATOS E MARCONI, 2003, p. 221).

O exame em curso partiu da seguinte hipótese:

- O volume de recursos públicos aplicados em determinadas despesas apresenta correlação positiva significativa com os indicadores IDH-M e IFDM.

3.2. MÉTODOS DE COLETA DE DADOS

O trabalho seguiu os seguintes métodos de coletas de dados:

- a) Primeira Etapa: coleta dos dados do indicador IDH-M dos 78 municípios do Estado do Espírito Santo (ES) dos anos de 2010, 2000 e 1991 no sítio eletrônico do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil;
- b) Segunda Etapa: coleta dos dados do indicador IFDM dos 78 municípios do Estado do Espírito Santo (ES) do ano de 2010 no sítio eletrônico do FIRJAN;

- c) Terceira Etapa: coleta dos dados das despesas públicas por função (saúde, educação, saneamento básico, habitação, urbanismo, trabalho, agricultura, transporte, segurança pública e indústria) e por município, referente ao período de 2002 a 2010 dos 78 Municípios do Espírito Santo no sitio eletrônico do COMPARA BRASIL;
- d) Quarta Etapa: realizado o cálculo do volume *per capita* de despesas públicas, por função e por município, executado de 2002 a 2010;
- e) Quinta Etapa: realizado o cálculo dos Coeficientes de Pearson (r) utilizando os dados das despesas públicas específicas e os resultados do IDH-M de 2010 e do IFDM de 2010.

3.3. TÉCNICAS ESTATÍSTICAS E ANÁLISES

Na pesquisa foram utilizados métodos quantitativos, técnicas e análises estatísticas, a fim de entender a correlação entre as variáveis pesquisadas buscando uma contribuição para o aperfeiçoamento da gestão pública municipal.

Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 108):

Os processos estatísticos permitem obter, de conjuntos complexos, representações simples e constatar se essas verificações simplificadas têm relações entre si. Assim, o método estatístico significa redução de fenômenos sociológicos, políticos, econômicos etc. a termos quantitativos e a manipulação estatística, que permite comprovar as relações dos fenômenos entre si, e obter generalizações sobre sua natureza, ocorrência ou significado.

Este tipo de pesquisa busca coletar, tratar e analisar as informações quantitativas, obtidas no cotidiano, com foco científico e modernizador. Tendo como objetivo a investigação da relação de causa e efeito entre as variáveis (MARTINS, 1994).

O isolamento de variáveis, a avaliação de programas e a análise de fenômenos são considerados a atividade fim das investigações efetuadas em pesquisas empíricas. Comprovar as hipóteses por meio da utilização de métodos quantitativos que indicam correlações e proporções entre variáveis determinadas pode responder o problema elaborado (DENCKER e VIÁ, 2002).

Para tanto, o estudo considerou o coeficiente de Pearson (r) como unidade de medida a fim de averiguar a existência de correlação estatística entre as variáveis – volume de despesas públicas (2002 a 2010) e os indicadores IDH-M e IFDM de 2010 dos municípios capixabas.

O coeficiente de correlação de Pearson (r), conforme definido por Figueiredo Filho e Silva Júnior (2009, p. 118) “é uma medida de associação linear entre variáveis. Em termos estatísticos, duas variáveis se associam quando elas guardam semelhanças na distribuição dos seus escores”. Para Martins (2014, p. 1) “o coeficiente de correlação amostral de Pearson, representado por r, é uma medida da direção e grau com que duas variáveis, de tipo quantitativo, se associam linearmente”. O resultado do coeficiente de Pearson (r) pode variar de -1 a 1 e apresentam os seguintes significados descritos na Tabela 3.

Tabela 3 – Nível de Correlação Pearson

Faixas do Coeficiente de Correlação de Pearson (r)	Nível de Correlação
1,0 positivo ou negativo	Correlação Perfeita
0,8 a 1,0 positivo ou negativo	Correlação Forte
0,5 a 0,8 positivo ou negativo	Correlação Moderada
0,1 a 0,5 positivo ou negativo	Correlação Fraca
0 a 0,1 positivo ou negativo	Correlação ínfima
0	Correlação Nula

Fonte: CASAS e PINHEIRO (2013).

4 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Neste tópico é apresentada uma descrição: da presente pesquisa, dos métodos de coletas de dados e das técnicas estatísticas utilizadas para a realização das análises que serão a base das discussões e conclusões.

4.1. DADOS E RESULTADOS OBTIDOS

As médias dos IDH-M dos 78 municípios do Espírito Santo nos anos 1991, 2000 e 2010 demonstram um crescimento linear, indicando uma evolução da sociedade capixaba no desenvolvimento humano, conforme apresentado nos dados da Tabela 4:

Tabela 4: Médias IDH-M de 1991, 2000 e 2010

Anos	IDH-M	% Variação
1991	0,43212	
2000	0,57818	33,80%
2010	0,69219	19,72%

Fonte: ATLAS, 2019

Tomando-se por base que a injeção de recursos na comunidade é contínua, concluímos que o aumento do IDH-M ocorrerá de forma natural com o passar dos anos. Entretanto, constatamos que o crescimento da média do IDH-M de 1991 para 2000 foi de 33,80% e da média do IDH-M de 2000 para 2010 foi de 19,72%, indicando que este crescimento pode ser acelerado, seja pela ação do homem ou por outros fatores, e é isso que buscamos descobrir com esta pesquisa.

A tabela 5 apresenta as despesas públicas por função, o resultado do coeficiente de Pearson e o nível de correlação obtido no cálculo entre o total das despesas de 2002 a 2010 e o resultado obtido no IDH-M de 2010.

Tabela 5 – Resultado do Coeficiente de Pearson em Relação ao IDH-M de 2010

Despesa por Função - Municípios do ES	Coeficiente de Pearson	Nível de Correlação
Despesas com Educação	0,677449187	Moderada positiva
Despesas com Saúde	0,670324251	Moderada positiva
Despesas com Urbanismo	0,641740727	Moderada positiva
Despesas com Saneamento	0,638395168	Moderada positiva
Despesas com Habitação	0,540300065	Moderada positiva
Despesas com Segurança Pública	0,516351918	Moderada positiva
Despesas com Trabalho	0,495758396	Fraca positiva
Despesas com Transporte	0,234984623	Fraca positiva
Despesas com Industria	0,143540174	Fraca positiva
Despesas com Agricultura	0,01433479	Ínfima positiva
Total Geral das Despesas	0,673540159	Moderada positiva

Fonte: Elaborado pelo autor.

Do presente resultado observa-se que, em ordem decrescente de nível de correlação, as despesas com educação, saúde, urbanismo, saneamento, habitação e segurança pública foram as que demonstraram maior correlação com o IDH-M, levando-nos a concluir que uma maior aplicação de recursos públicos nestas áreas provocará um maior resultado do indicador usado e, por conseguinte uma maior qualidade de vida das pessoas que vivem na região. A tabela 6 evidencia o nível de correlação de Pearson calculado entre determinados grupos de despesas públicas totais de 2002 a 2010 e o índice Firjan de desenvolvimento municipal (IFDM) de 2010.

Tabela 6 – Resultado do Coeficiente de Pearson em Relação ao IFDM de 2010

Despesa por Função - Municípios do ES	Coeficiente de Pearson	Nível de Correlação
Despesas com Saúde	0,547449549	Moderada positiva
Despesas com Educação	0,532639482	Moderada positiva
Despesas com Saneamento	0,531839418	Moderada positiva
Despesas com Urbanismo	0,482103104	Fraca positiva
Despesas com Trabalho	0,36014613	Fraca positiva
Despesas com Habitação	0,33744467	Fraca positiva
Despesas com Segurança Pública	0,324468343	Fraca positiva
Despesas com Transporte	0,315798927	Fraca positiva
Despesas com Industria	0,268116524	Fraca positiva
Despesas com Agricultura	0,190727167	Fraca positiva
Total Geral das Despesas	0,507239053	Moderada positiva

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com o resultado retratado é possível extrair claramente que as despesas com saúde, educação e saneamento exprimem maior conexão com o resultado conquistado no IFDM, o que nos induz a complementar que quanto maior o investimento nestas despesas públicas maior será o desempenho do IFDM e consequentemente maior o desenvolvimento das pessoas.

Tabela 7 – Resultado do Coeficiente de Pearson em Relação ao IDH-M de 2010

Despesa por Função - Municípios do ES	Coeficiente de Pearson	Nível de Correlação
Despesas com Segurança Pública	0,319068408	Fraca Positiva
Despesas com Trabalho	0,257218999	Fraca Positiva
Despesas com Urbanismo	0,226149306	Fraca Positiva
Despesas com Habitação	0,204723366	Fraca Positiva
Despesas com Industria	0,0369064	Ínfima Positiva
Despesas com Saneamento	0,017611859	Ínfima Positiva
Despesas com Saúde	-0,107270432	Fraca Negativa
Despesas com Educação	-0,116708757	Fraca Negativa
Despesas com Transporte	-0,291318699	Fraca Negativa
Despesas com Agricultura	-0,333662003	Fraca Negativa

Fonte: Elaborado pelo autor.

A Tabela 7 acima reflete uma correlação fraca ou ínfima, positiva ou negativa, entre o percentual de recursos aplicados em cada despesa pública analisada e o resultado do IDH-M de 2010, indicando que uma análise mais profunda sobre a importância em percentual de quanto do orçamento público está sendo aplicado em determinadas despesas pode ser irrelevante. O mesmo resultado foi encontrado na correlação de Person entre determinadas despesas públicas *Per Capita* e o valor obtido no IDH-M de 2010, conforme apresentado na tabela 8, induzindo a não relevância de um estudo per capita produzir melhores resultados nos indicadores analisados.

Tabela 8 – Resultado do Coeficiente de Pearson em Relação ao IDH-M de 2010

Despesa por Função - Municípios do ES	Coeficiente de Pearson	Nível de Correlação
Despesas com Urbanismo	0,474582954	Fraca Positiva
Despesas com Trabalho	0,358433159	Fraca Positiva
Despesas com Saneamento	0,15065695	Fraca Positiva
Despesas com Industria	0,018330333	Ínfima Positiva
Despesas com Habitação	-0,007147947	Ínfima Negativa
Despesas com Segurança Pública	-0,092573039	Ínfima Negativa
Despesas com Saúde	-0,096577677	Ínfima Negativa
Despesas com Educação	-0,110472373	Fraca Negativa
Despesas com Agricultura	-0,343710549	Fraca Negativa
Despesas com Transporte	-0,348455306	Fraca Negativa

Fonte: Elaborado pelo autor.

4.2. CORRELAÇÃO DE PEARSON IDH-M X IFDM

Ao analisarmos os resultados logrados pela correlação de Pearson entre os totais das despesas públicas por função de 2002 a 2010 e os indicadores IDH-M e IFDM vislumbramos uma convergência nos dados obtidos com educação, saúde, saneamento e urbanismo, uma vez que esses grupos de despesas se apresentam no topo de maior ligação com o desempenho dos índices estudados, invertendo-se apenas algumas posições entre elas.

A indução de que quanto maior a aplicação de recursos públicos nas áreas da saúde, educação, urbanismo e saneamento maior será o cômputo dos indicadores de desenvolvimento municipal IDH-M e IFDM e evidentemente maior será a qualidade de vida nestas cidades pode parecer redundante. Mas a pergunta que se faz é “se parece tão redundante por que os Municípios não direcionam uma maior parte do orçamento para essas áreas?”.

A conclusão que chegamos é que não é tão redundante assim não, e que o desafio é descobrir o quanto do orçamento seria o mais próximo do ideal para a maximização dos resultados de melhoria do desenvolvimento social.

É certo que os grupos de despesas públicas existem porque são necessários ao funcionamento da máquina pública e que o Estado não pode negligenciá-las. Mas é importante gerir o orçamento público tendo foco, objetivos e metas de curto, médio e longo prazo. E que a meta maior será sempre o desenvolvimento humano e a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

4.3. IDENTIFICAÇÃO DA FAIXA PERCENTUAL DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS

Ao analisar o percentual de aplicação de recursos públicos nas despesas públicas de saúde, educação, urbanismo e saneamento pelos 8 primeiros colocados (aproximadamente 10% da amostra) em cada índice, não foi possível indicar faixas ideias de aplicação de recursos nessas áreas, haja vista a amplitude da variação detectada. Assim, os resultados obtidos indicam que percentual aplicado não possui relevância, apenas o volume total de recursos aplicado em cada tipo de despesa pública apresenta relação relevante de causa com os resultados obtidos nos indicadores IDH-M e IFDM.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução da sociedade ocorre naturalmente nos quatro cantos do mundo, entretanto, é evidente que em alguns países esta evolução ocorre de forma mais acelerada do que em outros. Um exemplo disso é os Estados Unidos, que mesmo sendo um país do novo mundo, se tornou um dos mais desenvolvidos do planeta.

A Nova Gestão Pública, conhecida também como Reforma Gerencial do Estado, mudou a forma de se administrar os órgãos públicos no Brasil e no mundo, uma vez que o foco deixou de ser a burocracia rígida e morosa para se transformar numa gestão ágil, flexível e disposta ao alcance de resultados. Aqui o planejamento, a execução, o controle e a prestação de contas

assumem papel de destaque, tendo a transparência como aliada da população para a cobrança da efetividade das políticas públicas adotadas pelos governantes.

Em outra vertente está a democracia brasileira, que com a voracidade dos diversos atores envolvidos na Administração Pública, tornam complexas as relações entre o Estado e a sociedade. Com isso, gestores públicos que captam as demandas da comunidade e as transformam em realidade serão refletidas em melhores indicadores de desenvolvimento humano e municipal, consolidando assim o princípio basilar do Estado Democrático.

Inúmeras transformações e avanços ocorrem diariamente na vida humana, tendo como pano de fundo o desenvolvimento humano e, por conseguinte a melhoria na qualidade de vida das pessoas. Descobrir como acelerar este crescimento do desenvolvimento humano e a melhoria da qualidade de vida da sociedade tem sido um desafio. Muitas pesquisas sobre esse tema são realizadas, porém esse é um trabalho contínuo, pois com a constante mudança das necessidades do homem mudam-se também os fatores que impactam essa evolução.

Este estudo constatou que a média do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) dos municípios do Estado do Espírito Santo (ES) cresceu 33,80% de 1991 para 2000 e 19,72% de 2000 para 2010, evidenciando que o avanço no desenvolvimento social pode ser acelerado pela ação do homem. Neste contexto, os gestores públicos municipais possuem uma parcela de contribuição para o avanço da sociedade, pois são agentes trabalhando em nome da população com o objetivo de atender seus anseios e necessidades.

A presente pesquisa buscou investigar quais despesas públicas contribuem para o crescimento do resultado do IDH dos municípios e do IDFM, se uma maior aplicação de recursos públicos em determinadas despesas públicas contribui para a melhora dos níveis de desenvolvimento humano e se a despesa *per capita* de um município apresenta influência sobre os resultados do IDH-M e do IFDM.

Diante dos resultados obtidos nesta pesquisa diagnosticou-se, por meio do coeficiente de correlação de Pearson (*r*), que existe uma relação significante entre a evolução dos indicadores IDH-M e IFDM e o volume de recursos totais, aplicados entre 2002 e 2010, nas despesas públicas de educação, saúde, saneamento e urbanismo. Verificou-se, pela metodologia aplicada, que a despesa *per capita* não influencia no resultado do IDH municipal e do IFDM, confirmando apenas que o volume de recursos aplicados em determinadas despesas públicas é que contribui para a melhora destes índices. Como os resultados indicam correlação moderada, pode-se aferir que outros fatores também interferem nos resultados do IDH-M e do IFDM, todavia, não se pode negar a existência de relevante relação entre as variáveis citadas acima e as medidas dos referidos indicadores.

Portanto, a hipótese proposta inicialmente neste trabalho de que as aplicações de recursos públicos em determinadas despesas contribuem para a promoção acelerada do desenvolvimento social e humano é confirmada nos resultados apresentados.

É importante negrilar que, o presente exame diz respeito somente aos municípios do Estado do Espírito Santo, não permitindo generalizações aos demais municípios brasileiros. Outra

limitação foi a não obtenção dos dados das despesas municipais, referentes ao ano de 2001, dado que o banco de dados do Compara Brasil só apresenta informações a partir de 2002.

Como sugestão para pesquisas futuras indica-se a investigação sobre quais outros fatores aceleram o desenvolvimento humano e municipal, o exame de ações dos gestores públicos que melhoraram a qualidade de vida das pessoas e a criação de outros indicadores que possam aferir o avanço social, temas esses, que necessitam ser explorados para que se tenha êxito e efetividade na Administração Pública.

REFERÊNCIAS

- ARRAIS, T. A. Desigualdade de renda, emprego público e transferências de renda no brasil contemporâneo. Mercator (Fortaleza), Fortaleza, v. 18, e18008, 2019.
- ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/idhm/>. Acesso em: 11 jun. 2019.
- ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking/>. Acesso em: 11 jun. 2019.
- BARBOSA, Francis Régis Gonçalves Mendes. *Índice de desenvolvimento relativo, IDH-M e IFDM: em busca da operacionalização das liberdades instrumentais de Amartya Sen*. Porto Alegre: Ensaios FEE, Vol. 38, p. 295-328, 2017.
- BITTAR, Eduardo C. B. *Crise política e teoria da democracia: contribuições para a consolidação democrática no Brasil contemporâneo*. Brasília: Revista de informação legislativa, 2016.
- BRAGA, Aleno Chagas; OLIVEIRA, Mauri Aparecido de; COSTA, Júlio Cesar Zorzenon; BUENO, Ricardo Luiz Pereira. *Estudo da correlação entre o índice de desenvolvimento humano (IDH) e os tributos arrecadados nos estados brasileiros*. Aracaju: Interfaces Científicas – Humanas e Sociais, Vol. 5, 2017.
- BRASIL. (Constituição (1988)). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 nov. 2018.
- BRASIL. Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei nº. 101 de 15 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm. Acesso em: 01 nov. 2018.
- COELHO, Daniela Mello. *Elementos essenciais ao conceito de administração gerencial*. Brasília: Revista de Informação Legislativa, 2000.
- COMPARA Brasil. Disponível em: <http://www.comparabrasil.com/>. Acesso em: 05 jun. 2019.
- CASAS, Alexandre Luzzi Las; PINHEIRO, Wesley. *Correlação entre produção científica e pesquisa de mercado sobre o comércio eletrônico no Brasil*. Universistas Gestão e TI, Vol. 3, 2013.
- CONSTANTINO, Miguel; PEGORARE, Alexander Bruno; COSTA, Reginaldo Brito da; *Desempenho regional do IDH e do PIB per capita dos municípios de Mato Grosso do Sul, Brasil, entre 2000 e 2010*. Mato Grosso do Sul: Interações, 2016.
- COURA, J. E. L.; CARVALHO, J. R. M.; SOUSA, A. F. *Indicadores sociais de gestão pública*. João Pessoa: IV Encontro Brasileiro de Administração Pública, 2017.
- DENCKER, A.F. M.; VIÁ, S.C. *Pesquisa empírica em ciências humanas: com ênfase em comunicação*. 2.ed. São Paulo: Editora Futura, 2002.
- DOWNS, Anthony. Uma teoria econômica da democracia. São Paulo: Edusp, 1999, p. 56.
- FARAH, Marta Ferreira Santos. *Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de públicas”*. Revista Administração de Administração Pública – Rio de Janeiro, 2016
- FIGUEREDO FILHO, D. B.; SILVA JÚNIOR, J. A. *Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r)*. Pernambuco: Revista Política Hoje, Vol. 18, 2009.

FIRJAN. IFDM 2015 – Índice Firjan de desenvolvimento municipal ano base 2013. Disponível em: www.firjan.com.br/ifdm/downloads/. Acesso em: 26 nov. 2019.

GEHRKE, Germano; BORBA, José Alonso; FERREIRA, Denize Demarche Minatti. A repercussão da corrupção brasileira na mídia: uma análise comparada das revistas Der Spiegel, L'Obs, The Economist, Time e Veja. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, p. 157-167, 2017.

GIACOMONI, James. Orçamento público. 14ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia. *Finanças públicas: teoria e prática no Brasil*. 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

GOMES, Ricardo Corrêa; LEAL, Ana Carolina dos Santos; ASSIS, Vitória Ambrozio de.

Indicadores para Avaliar o Desempenho de Prefeituras Municipais. Rio de Janeiro: Anpad, 2013.

JUNQUILHO, Gelson Silva. *Teorias da Administração Pública*. Florianópolis: Capes, 2010.

KOHAMA, Helio. *Balanços Públicos*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. 5ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2003.

LEISTER, A. C.; CHIAPPIN, J. R. N. A Teoria da Democracia de Giovanni Sartori: Uma Defesa da Democracia Representativa. 2ª Ed. Pernambuco: Revista Política Hoje, Vol. 22, 2013.

LEITE FILHO, Geraldo Alemandro; FIALHO, Tânia Marta Maia. *Relação entre indicadores de gestão pública e de desenvolvimento dos municípios brasileiros*. São Paulo: Cadernos Gestão Pública e Cidadania, 2015.

LOUZANO, J. P. O; ABRANTES, L. A.; FERREIRA, M. A. M.; ZUCCOLOTTO, R. *Causalidade de Granger do índice de desenvolvimento socioeconômico na gestão fiscal dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública, 2019.

MARCOMINI, Luiz Henrique; ARAÚJO, Maria da Piedade; *Dispêndio com educação e saúde versus IDH: uma análise econométrica*. II CINGEN – Conferência Internacional em Gestão de Negócios, 2017.

MARTINS, G. de A. *Manual para elaboração de monografias e dissertações*. São Paulo: Atlas, 1994.

MARTINS, Maria Eugénia Graça. *Coeficiente de correlação amostral*. Revista de Ciência Elementar, Vol. 2, 2014.

MCASP, Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, 7ª edição. Ministério da Fazenda, 2016. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/>. Acesso em: 30 out. 2018.

MOREIRA, Renan Bambini. *Panótipo da modernidade: transparência, accountability e controles sociais no Conselho Nacional do Ministério Público*. Vitória: UFES, 2019. Disponível em: http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_13757_Disserta%20final-corrigida.pdf. Acesso em: 03 dez. 2019.

MOREIRA, Rafael de Lacerda; LYRA, Iete Xavier M.; MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva; SAUERBRONN, Fernanda Filgueiras. *Relevância dos gastos públicos na determinação do desenvolvimento municipal no Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: EnANPAD, 2013.

MENEZES, Daiane Boelhouwer; POSSAMAI, Ana Júlia; *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Urbano (IDHM-U): proposta de um novo índice sintético para as Regiões Metropolitanas*. Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, 2016.

NETO, Celso de Barros Correia. *Orçamento público: uma visão analítica*. São Paulo. II Prêmio SOF de Monografias – 2008.

PAIVA, Denise; SOUZA, Marta Roveri; LOPES, Gustavo de Faria. *As Percepções sobre Democracia, Cidadania e Direitos*. Campinas: Opinião Pública, Vol. 10, 2004.

PAULA, Ana Paula Paes de. *Por uma nova gestão pública*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

PEREIRA, Greisson Almeida; MOREIRA, Tito Belchior da Silva. *A influência dos consórcios intermunicipais de saúde no índice Firjan de desenvolvimento municipal (IFDM)*. Planejamento e Políticas Públicas, 2016.

PENMAN, Stephen H.; *Análise das Demonstrações Financeiras e Security e Valuation*. 4^a edição, Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

PNUD Brasil. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>. Acesso em: 11 jun. 2019.

REZENDE, Amaury José; SLOMSKI, Valmor; CORRAR, Luiz João; *A Gestão Pública Municipal e a Eficiência dos Gastos Públicos: Uma investigação Empírica entre Políticas Públicas e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos Municípios do Estado de São Paulo*. Revista Universo Contábil, 2005.

REZENDE, Alcides Rezende. *Planejamento Estratégico Público ou Privado*. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ROCHA, Leonardo Andrade. O "efeito nefasto" da corrupção no Brasil: "quem paga mais?" Aplicações com o uso de regressões quantíticas com variáveis instrumentais. Nova econ. [online]. Vol.29, n.1, pp.277-305, 2019.

WINZER, Lylla. *Relação entre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e taxas de mortes violentas nas Unidades Federativas Brasileiras*. J Hum Growth, 2016.